ATLAS
SEGUROS

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício de 2016

Índice

Demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

- Balanços Individuais em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 4
- Demonstrações dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 5
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 6
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2016 7
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2015 8
- Anexo

1. Nota introdutória 9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 9
3. Principais políticas contabilísticas 10
4. Activos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento 13
5. Locações 16
6. Participações financeiras 16
7. Outros activos financeiros 16
8. Activos por impostos diferidos 17
9. Clientes 17
10. Estado e outros entes públicos 18
11. Outros créditos a receber 18
12. Diferimentos 19
13. Caixa e depósitos bancários 19
14. Capitais próprios 19
15. Ajustamentos em activos financeiros 19
16. Provisões 20
17. Financiamentos obtidos 20
18. Fornecedores 21
19. Outras dívidas a pagar 21
20. Fornecimentos e serviços externos 21
21. Gastos com o pessoal 22
22. Outros rendimentos 22
23. Outros gastos 22
24. Resultados financeiros 23
25. Imposto sobre o rendimento 23
26. Partes relacionadas 23
27. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros 24
28. Eventos subsequentes 26
29. Informações exigidas por diplomas legais 26
30. Outras divulgações 27

Demonstrações Financeiras Individuais

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Balanços Individuais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31/dez/16	31/dez/15
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1 166 362	1 375 841
Propriedades de investimento	4	437 318	-
Activos intangíveis	4	2 439 321	2 788 747
Participações financeiras - outros métodos	6	3 049	3 049
Outros activos financeiros	7	45 521	53 372
Activos por impostos diferidos	8	21 910	52 645
Total dos Activos Não Correntes		4 113 481	4 273 654
Activo corrente			
Clientes	9	4 587 780	4 054 755
Estado e outros entes públicos	10	3 083	-
Outros créditos a receber	11	459 843	747 683
Diferimentos	12	11 586	9 698
Caixa e depósitos bancários	13	726 596	886 521
Total dos Activos Correntes		5 788 888	5 698 657
		9 902 369	9 972 311
Capitais Próprios			
Capital subscrito	14	1 300 000	1 300 000
Reservas legais	14	16 161	16 161
Outras reservas		47 581	47 581
Resultados transitados	14	(657 315)	-
Ajustamentos em activos financeiros	15	74 280	74 280
Resultado líquido do período		19 343	(657 315)
Total dos Capitais Próprios		800 050	780 707
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	92 448	281 679
Financiamentos obtidos	17	1 433 603	1 533 902
Passivos por impostos diferidos		6 187	6 187
Total dos Passivos Não Correntes		1 532 238	1 821 768
Passivo corrente			
Fornecedores	18	5 777 351	5 770 433
Adiantamento a clientes		18 213	-
Estado e outros entes públicos	10	126 515	166 840
Financiamentos obtidos	17	634 796	414 898
Outras dívidas a pagar	19	1 011 643	1 017 665
Diferimentos	12	1 563	-
Total dos Passivos Correntes		7 570 081	7 369 836
Total do Passivo		9 102 319	9 191 604
		9 902 369	9 972 311

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Demonstrações dos Resultados Individuais
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31/dez/16	31/dez/15
Vendas e serviços prestados	27	4 489 399	4 189 058
Fornecimentos e serviços externos	20	(2 311 047)	(2 252 080)
Gastos com o pessoal	21	(1 859 513)	(2 140 269)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(16 825)	6 500
Provisões (aumentos/reduções)	16	(10 769)	(216 274)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	4	-	(21 840)
Outros rendimentos	22	389 889	212 169
Outros gastos	23	(172 726)	(261 661)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		508 408	(484 397)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(340 624)	(54 940)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		167 784	(539 337)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	3 744	2 576
Juros e gastos similares suportados	24	(66 068)	(110 429)
Resultado antes de impostos		105 460	(647 190)
Imposto sobre o rendimento do exercício	25	(86 117)	(10 125)
Resultado líquido do período		19 343	(657 315)
Resultado por acção básico		0,07	(2,53)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31/dez/16	31/dez/15
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		21 265 906	19 431 294
Pagamentos a fornecedores		19 517 748	18 077 103
Pagamentos ao pessoal		1 940 809	1 892 438
Caixa gerada pelas operações		(192 651)	(538 247)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(65 739)	(18 282)
Outros recebimentos / pagamentos		(17 546)	430 584
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		(275 936)	(125 945)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		20 622	1 881
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
		20 622	1 881
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		31 541	11 451
Ativos fixos intangíveis		290 291	-
Investimentos financeiros		9 752	13 000
Outros ativos		-	-
Subsidios ao investimento		-	7 210
Juros e rendimentos similares		1 404	6 348
		332 988	38 009
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		312 366	36 128
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		194 000	1 092 000
Outras operações de financiamento			-
		194 000	1 092 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		326 519	956 649
Juros e gastos similares		63 836	80 783
		390 355	1 037 432
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		(196 355)	54 568
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(159 925)	(35 249)
Efeito das diferenças de câmbio			-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		886 521	921 770
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13	726 596	886 521

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do exercício 2016	**Notas**	1.300.000	16.161	47.581	-	74.280	(657.315)	780.707
Alterações no exercício								
Aplicação resultado líquido		-	-	-	(657.315)	-	657.315	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Outros		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	(657.315)	-	657.315	-
Resultado Líquido do período							19.343	19.343
Resultado Integral							19.343	19.343
Posição no Fim do exercício 2016	14	1.300.000	16.161	47.581	(657.315)	74.280	19.343	800.050

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do exercício 2015	**Notas**	1 237 025	16 161	47 581	(697 521)	74 280	(186 755)	490 771
Alterações no exercício								
Redução Capital - Cobertura de prejuízos		(884 277)	-	-	884 277	-	-	-
Aplicação resultado líquido		-	-	-	(186 755)	-	186 755	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Outros		-	-	-	(1)	-	-	(1)
		(884 277)	-	-	697 521	-	186 755	(1)
Resultado Líquido do exercício							(657 315)	(657 315)
Resultado Integral							(657 315)	(657 315)
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital		947 252	-	-	-	-	-	947 252
		947 252	-	-	-	-	-	947 252
Posição no Fim do exercício 2015	14	1 300 000	16 161	47 581	-	74 280	(657 315)	780 707

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Sociedade Atlas Seguros – Consultores e Corretores de Seguros, S.A., teve a sua génese na redenominação da firma Patris Seguros – Corretores e Consultores de Seguros, S.A ocorrida em Março de 2013 mediante o registo do acto na Conservatória do Registo Comercial do Porto.

A Atlas Seguros – Consultores e Corretores de Seguros, S.A. (adiante designada por "Sociedade" ou "Atlas Seguros") é uma sociedade anónima constituída em Abril de 1982, e tem a sua sede social na Rua Laura Alves, nº12 3º andar em Lisboa, desde Abril de 2014. A sociedade tem como objecto social a corretagem, mediação e consultoria de seguros e a sua actividade encontra-se enquadrada pelo Decreto – Lei nº 144/2006, de 31 de Julho.

Em 31 de Julho de 2013, foi registada na conservatória a fusão com a transferência global para a sociedade incorporante Atlas Seguros – Consultores e Corretores de Seguros, S.A., pelo respectivo valor contabilístico, com produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, dos elementos activos e passivos que integram o património das sociedades comerciais por quotas Radical – Mediação de Seguros, Lda., pessoa colectiva número 503097195, com o capital social de duzentos mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número 503097195, DC – Mediação de Seguros, S.A., pessoa colectiva número 507945611, com o capital social de cinco mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número 507945611 – incorporada.

Em 14 de Outubro de 2013, foi registada na conservatória a fusão com a transferência global para a sociedade incorporante Atlas Seguros – Consultores e Corretores de Seguros, S.A., pelo respectivo valor contabilístico, com produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, dos elementos activos e passivos que integram o património das sociedades comerciais por quotas A Marinho da Cruz, Lda., pessoa colectiva número 500003335, com o capital social de duzentos mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 1ª seção sob o número 1225 1/19290103.

A GI Seguros SGPS, S.A., com sede na Rua Laura Alves, nº12 3º andar detém 99,18% do capital da Sociedade e serão incluídas nas demonstrações financeiras da Empresa valorizado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (UE).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos" (Nota 12).

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Atlas Seguros são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.
As taxas de depreciação utilizadas (taxas mínimas do DR 25/2009) correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil	Taxas
Edifícios e outras construções	100	1,00%
Equipamento de transporte	8	12,50%
Equipamento administrativo	3 - 20	5%-16,66%
Outros ativos tangíveis	16	6,25%

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Sociedade são constituídos por programas de computador e por carteiras de seguro que a empresa detém por aquisição ou por incorporação no processo de fusão.

Durante o ano de 2013, a Atlas Seguros procedeu à incorporação de três empresas sendo elas Radical – Mediação de Seguros, Lda., A. Marinho da Cruz, Lda. e DC – Mediação de Seguros, S.A. e à compra da carteira da LDC Seguros.

Esses activos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade. Estas despesas apenas são reconhecidas como activo, quando seja provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa.
Em conformidade com as novas regras de amortização, que entraram em vigor e são aplicáveis ao exercício de 2016, os ativos intangíveis com vida útil indefinida devem, em linha com o preconizado da Diretiva n.º 2013/34/UE, transposta pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, ser amortizados num período máximo de 10 anos (NCRF 6 – Ativos Intangíveis).

O critério dos testes de imparidade baseia-se nas comissões brutas com efeito multiplicador de 1, comparando o ano subsequente com o ano actual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classes	Anos de vida útil	Taxas
Programas de computador	6	16,66%
Propriedade industrial	10	10,00%

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Sociedade tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sociedade nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Sociedade nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria colectável.

Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Sociedade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Sociedade, periodicamente revisto e actualizado (Nota 8).

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.8. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital da Atlas Seguros encontra-se totalmente subscrito e realizado e é constituído por 260.000 acções com o valor nominal de 5,00 euros cada.

3.9. Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2 e 3.3 acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Sociedade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Sociedade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Estimativa de vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos calculados sobre prejuízos fiscais;
- Recuperabilidade de contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

4. Activos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

O movimento ocorrido nos activos tangíveis e intangíveis e respectivas depreciações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-jan-16	Aquisições / Dotações	Vendas/Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-16
Activos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	101.063	-	-	-	-	101.063
Edifícios e outras construções	1.313.925	-	-	(559.071)	-	754.854
Equipamento de transporte	284.736	298.059	(144.775)	-	-	438.020
Equipamento básico	152.333	8.438	(2.729)	-	-	158.042
Equipamento administrativo	799.372	12.184	(9.236)	-	-	802.320
Outros activos tangíveis	91.964	-	-	-	-	91.964
	2.743.393	318.681	(156.740)	(559.071)	-	2.346.263
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	(253.622)	(9.789)	-	119.268	-	(144.143)
Equipamento de transporte	(200.076)	(27.841)	114.435	-	-	(113.482)
Equipamento básico	(118.580)	(8.665)	1.062	-	-	(126.183)
Equipamento administrativo	(757.536)	(9.192)	9.236	-	-	(757.492)
Outros activos tangíveis	(37.738)	(863)	-	-	-	(38.601)
	(1.367.552)	(56.350)	124.733	119.268	-	(1.179.901)
Valor líquido	1.375.841					1.166.362
Activos fixos intangíveis						
Projectos de desenvolvimento	106.141	-	-	-	-	106.141
Software	166.331	6.790	-	-	-	173.121
Propriedade industrial	3.549.503		(97.782)	-	-	3.451.721
	3.821.975	6.790	(97.782)	-	-	3.730.983
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento	(96.301)	(2.460)	-	-	-	(98.761)
Software	(145.769)	(5.327)	-	-	-	(151.096)
Propriedade industrial	(791.158)	(274.000)	15.673	-	7.680	(1.041.805)
	(1.033.228)	(281.787)	15.673	-	7.680	(1.291.662)
Valor líquido	2.788.747					2.439.321
Total activos fixos tangíveis e intangíveis	4.164.588	(338.137)	140.406	119.268	7.680	3.605.683

	31 de Dezembro de 2015				
	Saldo em 01-jan-15	Aquisições / Dotações	Vendas/Abates	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-15
Activos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	101.063	-	-	-	101.063
Edifícios e outras construções	1.313.925	-	-	-	1.313.925
Equipamento de transporte	382.795	-	(98.059)	-	284.736
Equipamento básico	152.333	-	-	-	152.333
Equipamento administrativo	797.491	1.881	-	-	799.372
Outros activos tangíveis	96.495	-	(4.531)	-	91.964
	2.844.102	1.881	(102.590)	-	2.743.393
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(241.349)	(12.273)	-	-	(253.622)
Equipamento de transporte	(264.045)	(17.099)	81.068	-	(200.076)
Equipamento básico	(110.292)	(8.288)	-	-	(118.580)
Equipamento administrativo	(749.182)	(8.354)	-	-	(757.536)
Outros activos tangíveis	(40.839)	(1.124)	4.225	-	(37.738)
	(1.405.707)	(47.138)	85.293	-	(1.367.552)
Valor líquido	1.438.395				1.375.841
Activos fixos intangíveis					
Projectos de desenvolvimento	106.141	-	-	-	106.141
Software	166.331	-	-	-	166.331
Propriedade industrial	3.549.503			-	3.549.503
	3.821.975	-	-	-	3.821.975
Depreciações Acumuladas					
Projectos de desenvolvimento	(93.841)	(2.460)	-	-	(96.301)
Software	(140.427)	(5.342)	-	-	(145.769)
Propriedade industrial	(769.318)	-	-	(21.840)	(791.158)
	(1.003.586)	(7.802)	-	(21.840)	(1.033.228)
Valor líquido	2.818.389				2.788.747
Total activos fixos tangíveis e intangíveis	4.256.784	(54.940)	85.293	(21.840)	4.164.588

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento e respectivas depreciações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-jan-16	Aquisições / Dotações	Vendas/Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-16
Propriedades de investimento						
Edifícios e outras construções	-	-	-	559.071	-	559.071
	-	-	-	559.071	-	559.071
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	-	(2.485)	-	(119.268)	-	(121.753)
	-	(2.485)	-	(119.268)	-	(121.753)
Valor líquido	-					437.318

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Propriedades de investimento" corresponde a activos imobiliários detidos pela Empresa que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica "Rendimentos suplementares" e ascenderam a 9.375 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 22).

O justo valor do activo detido situa-se entre 420 e 460 milhares, conforme o método considerado seja o de mercado ou do rendimento. Os valores indicados foram obtidos de acordo com avaliação externa reportada a 31 de dezembro de 2016, por entidade especializada independente, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário e no método do rendimento tendo em conta a média das rendas futuras contratualizadas e a renda de mercado.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro do cenário da normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, não originará perdas de imparidade.

5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas dos contratos de locação financeira são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.
As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e operacionais em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 são detalhados como se segue:

	31-dez-16	31-dez-15
Locações financeiras		
Até 1 ano	68.482	25.510
Entre 1 e 5 anos	234.738	68.624
A mais de 5 anos	41.275	40.892
	344.494	135.026
Locações operacionais		
Até 1 ano	177.653	206.234
Entre 1 e 5 anos	710.611	824.934
	888.264	1.031.168

6. Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a única participação financeira é a Gessur – Gestão de Seguros (Consultores), Lda., detida a 100% pela Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A..

7. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Outros activos financeiros" tinha a seguinte composição:

	31-dez-16	31-dez-15
Empréstimo de suprimentos (Nota 26)	41.446	51.198
	41.446	51.198
Outro activo financeiro Fundo de compensação	4.075	2.174
	4.075	2.174
Total outros activos financeiros	45.521	53.372

8. Activos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Activos por impostos diferidos" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2016			
Activos por impostos diferidos	Saldo em 01-Jan-16	Constituição	Reversão	Saldo em 31-Dez-16
Prejuízos fiscais reportáveis	52.645	-	40.080	12.565
Provisões	-	9.345	-	9.345
	52.645	9.345	40.080	21.910

	31 de Dezembro de 2015			
Activos por impostos diferidos	Saldo em 01-Jan-15	Constituição	Reversão	Saldo em 31-Dez-15
Prejuízos fiscais reportáveis	-	52.645	-	52.645
	-	52.645	-	52.645

	31-dez-16			31-dez-15		
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos	Ano limite de utilização	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos	Ano limite de utilização
Resultados de 2015	59.834	12.565	2027	250.691	52.645	2027
	59.834	12.565		250.691	52.645	

9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-16	31-dez-15
Clientes conta corrente		
Clientes - Seguros	4.420.417	4.014.232
Clientes - Resseguro	-	4.192
Clientes Gerais	111.402	471
Entidades do grupo (Nota 27)	55.961	35.860
Clientes de cobrança duvidosa	39.262	39.262
	4.627.042	4.094.017
Perdas por imparidade acumuladas	(39.262)	(39.262)
	4.587.780	4.054.755

Os montantes registados na rubrica de Clientes-Seguros correspondem aos prémios de seguros emitidos e ainda não recebidos (incluídas as respectivas comissões). Adicionalmente, a Sociedade apenas paga às seguradoras os prémios deduzidos das comissões após receber dos respectivos clientes.

Os saldos reconhecidos em clientes de cobrança duvidosa correspondem a valores de clientes com risco real de incobrabilidade cujo processo de recuperação está a ser acompanhado pela área de contencioso. Desta forma, encontra-se reconhecida a perda por imparidade pelo saldo correspondente.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-16	31-dez-15
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	3.083	-
	3.083	-
Passivo		
Segurança Social	34.916	67.349
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	32.733	52.704
Outros impostos e taxas	3.484	2.469
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	55.382	44.318
	126.515	166.840

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

11. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-16	31-dez-15
Acréscimos de rendimentos	364 320	432 295
Entidades do Grupo (Nota 26)	2 539	160 937
Adiantamentos a agentes	-	1 531
Remunerações a pagar	-	5 054
Outras contas a receber	109 809	147 866
	476 668	747 683
Perdas por imparidade acumuladas	(16 825)	-
	459 843	747 683

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, na rubrica de acréscimos de rendimentos encontram-se reconhecidos, nomeadamente, os valores respeitantes a comissões a receber das Companhias de Seguro a título de extra-comissionamento, cujo recebimento ocorre no exercício subsequente ao qual diz respeito.

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Diferimentos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-16	31-dez-15
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	9.712	8.563
Rendas	72	-
Outros rendimentos a reconhecer	1.802	1.135
	11.586	9.698

13. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos da rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-16	31-dez-15
Caixa	972	223.065
Depósitos à ordem	725.624	663.456
	726.596	886.521

Na rubrica de Caixa, estão incluídos os valores correspondentes aos cheques em trânsito cuja recepção ocorreu em exercício distinto do movimento bancário.

14. Capitais próprios

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 10 de Maio de 2016, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido negativo no montante de 657.315 euros referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

No exercício de 2015, em cumprimento do art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, ocorreu a redução do capital social de 1.237.025 euros para 352.749 euros, para cobertura de prejuízos. A redução foi operada por redução do valor nominal de todas as participações no capital social, na proporção do capital detido por cada acionista. Concomitantemente, foi alterado o valor nominal das acções de 5 euros para 1 euro. Após a redução do capital social, foi aprovado um aumento do capital social da Sociedade para 1.300.000 euros e alteração do valor nominal das acções novamente para 5 euros.

15. Ajustamentos em activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos da rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-16	31-dez-15
Diferenças Fusão DC 2013	58.523	58.523
Variação Capital próprio	28.046	28.046
Ajustamento transição Gessur	(3)	(3)
Diferenças Fusão Radical	(3.714)	(3.714)
Diferenças Fusão AMC	(8.572)	(8.572)
	74.280	74.280

16. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Provisões", apresentava os seguintes saldos:

	31 de Dezembro de 2016			
	Saldo em 01-Jan-16	Constituição	Reversão/ Utilização	Saldo em 31-Dez-15
Provisões				
Provisão para anulação de recibos	59.179	5.594	-	64.773
Provisão para indemnizações	200.000	-	(200.000)	-
Outras	22.500	5.175	-	27.675
	281.679	10.769	(200.000)	92.448

	31 de Dezembro de 2015			
	Saldo em 01-Jan-15	Constituição	Reversão	Saldo em 31-Dez-15
Provisões				
Provisão para anulação de recibos	65.405	-	(6.226)	59.179
Provisão para indemnizações	-	200.000	-	200.000
Outras	-	22.500	-	22.500
	65.405	222.500	(6.226)	281.679

A provisão para anulações de recibos visa acautelar as anulações de recibos emitidos que possam ocorrer em exercícios futuros e é revista anualmente tendo em conta os dados históricos de perdas da empresa.
No exercício de 2015, foi constituída uma provisão no valor de 200.000 euros, para fazer face aos gastos a incorrer com o processo de despedimento colectivo iniciado, que foi totalmente utilizada no decorrer de 2016.
As outras provisões visam acautelar possíveis encargos a suportar com a cessação de contratos.

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-16		31-dez-15	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras				
Empréstimos bancários				
Conta corrente caucionada	244.000	-	150.000	-
Empréstimos bancários	322.314	1.079.572	231.295	1.346.332
Outros empréstimos obtidos				
Leasing/ALD	68.482	276.011	25.510	109.516
Imobiliário	13.962	79.526	13.262	93.940
Automóvel	54.520	196.485	12.248	15.576
Outras entidades				
Outros empréstimos obtidos	-	78.020	3.004	78.054
Descobertos	-	-	5.089	-
	634.796	1.433.603	414.898	1.533.902

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-16	31-dez-15
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores - Seguros	5.307.349	5.262.540
Fornecedores - Reseguro	44.864	12.201
Fornecedores c/c gerais	55.785	86.999
Entidades do grupo (Nota 26)	369.353	408.693
	5.777.351	5.770.433

19. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

	31/dez/16	31/dez/15
Credores por acréscimos de gastos	334 546	290 570
Entidades do grupo (Nota 26)	161 726	281 961
Remunerações a pagar	231 781	267 197
Outros Credores	283 590	177 937
	1 011 643	1 017 665

Na rubrica de outros credores encontram-se reconhecidos os valores correspondentes à cedência de comissões a liquidar aos prestadores de serviços de intermediação em contractos de seguro.

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foi a seguinte:

	31-dez-16	31-dez-15
Comissões	1.065.119	1.132.786
Rendas e alugueres	177.774	205.091
Trabalhos especializados	154.567	188.862
Publicidade e propaganda	374.866	147.649
Deslocações, estadas	121.212	127.788
Comunicação	67.846	101.526
Honorários	99.285	75.541
Despesas de representação	64.752	68.411
Combustíveis	47.978	46.069
Serviços bancários	19.882	30.401
Seguros	21.283	21.370
Electricidade	14.225	18.659
Limpeza, higiene e conforto	15.590	17.671
Material de escritório	15.556	16.270
Conservação e reparação	16.378	13.559
Contencioso e notariado	2.094	11.359
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.257	2.764
Outros Serviços	28.383	26.304
	2.311.047	2.252.080

O valor da rubrica "Comissões" diz respeito a retrocessão de comissões a prestadores de serviços referente a contractos com a Atlas Seguros.

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi como segue:

	31-dez-16	31-dez-15
Remunerações do pessoal e orgãos sociais	1.334.682	1.579.578
Encargos sobre remunerações	297.549	341.376
Cedência de pessoal (Nota 26)	148.514	157.559
Seguros	9.743	7.704
Benefícios pós emprego	3.191	3.751
Indemnizações	4.513	3.068
Outros gastos com pessoal	61.321	47.233
	1.859.513	2.140.269

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a Atlas Seguros contava com 44 e 58 colaboradores, respectivamente.
O montante registado em cedência de pessoal corresponde ao pessoal cedido por outras entidades do grupo.

22. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-dez-16	31-dez-15
Alienação activos fixos intangíveis	249.402	-
Rendimentos suplementares	102.832	135.725
Alienação activos fixos tangíveis	31.141	8.893
Correcções a exercícios anteriores	4.469	64.271
Outros	2.045	3.280
	389.889	212.169

Em 31 de Dezembro de 2016 os rendimentos suplementares correspondem à em cedência de pessoal da Atlas a outras entidades do grupo.

23. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foram como segue:

	31-dez-16	31-dez-15
Imposto de selo	87.434	75.964
Alienações Activos Fixos Tangíveis	11.141	-
Correcções a Exercícios Anteriores	6.378	135.050
Insuficiência estimativa de imposto	5.511	11.545
Imposto IMI	3.862	1.930
Imposto sobre veiculos	3.129	1.727
Outros impostos	2.661	27.981
Quotizações	1.500	1.920
Outros gastos	51.110	5.544
	172.726	261.661

24. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tinham a seguinte composição:

	31-dez-16	31-dez-15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.404	1.723
Juros de suprimentos (Nota 26)	2.340	853
	3.744	2.576
Juros e gastos similares suportados		
Empréstimos bancários	50.610	62.768
Juros de suprimentos (Nota 26)	3.901	36.529
Juros de contrato de leasing	5.274	5.354
Conta corrente caucionada	5.985	3.044
Juros de acordos	-	2.597
Juros de Mora	298	137
	66.068	110.429
Resultados financeiros	(62.324)	(107.853)

25. Imposto sobre o rendimento

A rubrica "Imposto sobre o rendimento", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tinha a seguinte composição:

	31-dez-15	31-dez-15
Tributação Autónoma	35.388	62.770
IRC	16.149	-
Derrama	3.845	-
Activos por impostos diferidos	30.735	(52.645)
	86.117	10.125

26. Partes relacionadas

As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são apresentados nos quadros que seguem:

Transacções	31-dez-16	31-dez-15
Comissões cedidas		
GI Insurance Portugal	50.207	37.749
	50.207	37.749
Serviços adquiridos		
GI Serviços Corporativos	12.913	-
	12.913	-
Juros Suprimentos Obtidos (Nota 24)		
Gessur	2.340	853
	2.340	853
Juros Suprimentos Suportados (Nota 24)		
GI Seguros	3.901	36.529
	3.901	36.529

Saldos	31-dez-15	31-dez-15
Clientes (Nota 9)		
GI Insurance Portugal	38.991	18.390
Gessur	16.970	17.470
BIC Seguros	-	-
	55.961	35.860
Outras contas a receber (Nota 11)		
GI10 SGPS	-	149.345
GI Seguros	-	7.155
Gessur	-	2.304
GI Capital Solutions	-	1.923
Upside	210	210
GI Properties	-	-
	210	160.937
Fornecedores (Nota 18)		
GI Seguros	154.839	238.556
GI Serviços Corporativos	210.195	142.265
GI Capital Solutions	4.097	24.404
GI10 SGPS		3.468
BIC Seguros	-	-
	369.131	408.693
Outros Investimentos Financeiros - Suprimentos (Nota 7)		
Gessur	41.446	51.198
	41.446	51.198
Financiamentos Obtidos - Suprimentos (Nota 17)		
GI Seguros	78.020	78.020
	78.020	78.020
Outras contas a pagar (Nota 19)		
GI Insurance Portugal	-	142.922
BIC Seguros	161.726	133.894
GI Serviços Corporativos	-	5.145
	161.726	281.961

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

27. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de Dezembro, é apresentada de seguida a informação aí solicitada, desagregada por alínea respectiva do artigo supra referido:

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações:

Esta informação é divulgada pela Sociedade na nota 3.13.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

	2016	2015
Comissões	4.452.674	4.097.758
Honorários	36.725	91.300
	4.489.399	4.189.058

A origem das remunerações acima identificadas, comissões e honorários, foi gerada com Companhias de Seguro e Clientes, respectivamente.

Os honorários reconhecidos pela Sociedade correspondem a prestações de serviços realizadas directamente com clientes (situação na qual não existem comissões liquidadas pelas Companhias de Seguros).

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramos "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida":

	2015	2015
Ramo Vida	131.647	101.235
Ramo Não Vida	4.321.027	3.996.523
	4.452.674	4.097.758

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, não se verificaram níveis de concentração, ao nível de outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade.
Ao nível das Companhias de Seguros, verifica-se que a Companhia "Seguradoras Unidas, S.A." *(resultado da fusão da antiga Açoreana Seguros, S.A. e Companhia de Seguros Tranquilidade)* representa respectivamente 30% e 28% do total das remunerações auferidas pela Sociedade em 2016.

e) Valores das contas "clientes"

	2016	**2015**
Início Exercício	664.606	876.157
Volumes movimentados no exercício:		
a débito	23.147.507	20.180.595
a crédito	23.155.832	20.392.146
Final Exercício	656.281	664.606

f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada nas notas 9 – Clientes e 18 – Fornecedores.

g) Valores agregados incluídos nas contas "a receber" e "a pagar"

Por entidade (origem)	2016		2015	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	4.402.204	-	4.014.232	-
Empresas de seguros	-	5.297.755	-	5.262.540
	4.402.204	**5.297.755**	**4.014.232**	**5.262.540**

Por natureza	2016		2015	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	1.353.376	-	1.530.323
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	4.402.204	3.944.379	4.014.232	3.732.217
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	-	-	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-
Outras quantias	-	-	-	-
	4.402.204	**5.297.755**	**4.014.232**	**5.262.540**

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Atlas Seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total de remunerações

Por natureza	Remunerações Ramo Vida/Não Vida/Fundo de Pensões			
	2016	%	2015	%
Seguradoras Unidas, S.A. (ex-Açoreana Seguros, S.A)	1.054.730	24%	1.211.790	30%
Seguradoras Unidas, S.A. (ex-Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.)	251.905	6%	217.538	5%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA	469.674	11%	550.334	13%
Fidelidade Companhia de Seguros, S.A.	619.171	14%	386.130	9%
Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal	240.941	5%	257.490	6%
Generali - Companhia de Seguros S.p.A	254.817	6%	299.362	7%

28. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

29. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016, a Sociedade não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Outras divulgações

Honorários do Revisor Oficial de Contas

De acordo com o disposto no artigo 66º - A do Código das Sociedades Comerciais, os honorários do Revisor Oficial de Contas, no período de 2016, foram no montante de 8.140 euros, relativamente à auditoria e revisão legal das contas anuais.

Dívidas à Segurança Social

De acordo com o disposto no art.º 21º do decreto-lei 411/91 de 17 de Outubro, a Sociedade não tem contribuições em mora perante a Segurança Social.

Dívidas à Autoridade Tributária

De acordo com o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro, a Sociedade não apresenta dívidas em mora perante a Autoridade Tributária.

Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento dos termos legais, a Administração propõe que o resultado líquido do período seja aplicado da seguinte forma:

- 5% para Reserva Legal (967 Euros)
- 95% para Resultados Transitados (18.376 Euros)